

Suspensa hidrovia no Rio Araguaia

A Justiça Federal do Mato Grosso acatou pedido dos índios xavantes e suspendeu as obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins. O projeto tem 218 quilômetros de extensão em Goiás, entre Aruanã e Luiz Alves. **PÁGINA 5B**

O Popular
19/6/97 11e5B
Xavante quer
259

O Popular

CIDADES

GOIÂNIA, quinta-feira, 19 de junho de 1997

5B

Justiça atendeu pedido dos xavantes

Suspensa obra de hidrovia no Araguaia

Justiça Federal do Mato Grosso considerou que projeto não recebeu licença do Ibama e nem autorização do Congresso, como prevê a Constituição.

Uma liminar concedida ontem pela Justiça federal do Mato Grosso suspendeu a execução de qualquer obra de implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes, que tem extensão prevista de 218 quilômetros no trecho goiano, que vai de Aruanã a Luiz Alves. A decisão foi resultado de ação judicial movida contra o empreendimento pela Comunidade Indígena Xavante. O juiz Jeferson Schneider, da 2ª Vara Federal de Cuiabá, acolheu a liminar baseado no fato de que o projeto não recebeu licença ambiental do Ibama nem autorização do Congresso Nacional, conforme prevê a Constituição, quando de tratar de aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.

Os índios xavantes foram representados em juízo pelos advogados do Instituto Socioambiental, entidade não-governamental, sediada em Brasília. O juiz matogrossense deter-

minou à Companhia Docas do Pará que paralise qualquer obra já iniciada ou abstenha-se de começá-las. Ordenou também a suspensão de obras de navegação - como a colocação de placas ou bóias de sinalização e construção de portos - no trecho entre a cidade de Nova Xavantina (MT) e a desembocadura do Rio das Mortes no Araguaia. A ação foi impetrada também contra o Ibama e a União Federal, além da Companhia Docas do Pará.

Ao Ibama, o juiz Schneider solicitou providências para impedir o prosseguimento de qualquer tipo de obra do projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Moveram a ação os xavantes das reservas de Areões, no município de Água Boa, e de Pimentel Barbosa, no município de Nova Xavantina. Ao todo, cerca de 1,6 mil índios vivem nas duas reservas e foram surpreendidos com a colocação de bóias e placas sinalizadoras no Rio das Mortes, dentro do seu território, já demarcado e homologado por decreto presidencial.

A hidrovia abrange os Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão e Pará.

O ambientalista e membro do Instituto Dom Fernando (ligado à Universidade Católica de Goiás),



Hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes tem extensão prevista de 218 quilômetros no trecho goiano, entre as cidades de Aruanã e Luiz Alves

Washington Novaes, afirmou ontem que a obra tem previstos no orçamento da União para 97 cerca de 148 milhões de reais, garantidos pela bancada parlamentar amazônica, através de emenda orçamentária. Segundo Novaes, o estudo de impacto ambiental (EIA/Rima) apresentado pela empresa Ahitar (Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia), que é subordinada à Companhia Docas do Pará, foi considerado "ridículo" por entidades ambientais que o avaliaram.

"O relatório ambiental da hidrovia foi debatido na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e várias entidades, entre elas o Ibama e a Femago, o consideraram incompleto e inadequado e anunciaram sua devolução", afirmou. De acordo com ele, o estudo de impacto ambiental tem de ser aprovado pelos órgãos licenciadores e ter também a anuência do Congresso Nacional, após ouvir as comunidades envolvidas.

Multa de 100 mil reais por dia

Washington Novaes salientou que algumas partes do projeto da hidrovia estão em execução ilegalmente. Citou que a Ahitar já teria repassado a uma outra empresa os comboios-protótipos. Esses comboios, explicou, são uma forma de testar a viabilidade do projeto. O ambientalista revelou que o primeiro comboio colocado para teste, em 95, encalhou nos bancos de areia do Rio das Mortes e só chegou a seu destino, Xambioá, com três dias de atraso. Revelou ainda que no Mato Grosso, mesmo sem a licença dos órgãos ambientais, foi instalado o porto de Água Boa e teve início o balizamento (sinalização) no Rio das Mortes.

Novaes informou que está sendo desenvolvido um estudo alternativo pela UCG, através do Instituto Dom Fernando, e a Universidade Federal

de Goiás para propor saídas para o impasse. "Será que a hidrovia é realmente a melhor opção?" indagou.

Juliana Santilli, advogada do Instituto Socioambiental, afirmou ontem que a hidrovia começou a ser implantada "sem a licença ambiental do Ibama e sem a autorização do Congresso Nacional, embora se trate de projeto hídrico que corta território indígena". Conforme a advogada, a comunidade xavante procurou a entidade e pediu providências judiciais para o embargo da obra. Segundo ela, a intenção dos empreendedores seria a de pressionar o Ibama. "Eles vão implantando a hidrovia gradualmente para que o projeto se torne irreversível e o Ibama dê uma posição favorável", assinalou. A Justiça do Mato Grosso estipulou uma multa diária de 100 mil

reais para o caso de descumprimento da determinação.

A Hidrovia é uma iniciativa do governo federal que pretende viabilizar o escoamento da produção agropecuária (principalmente soja) de parte da região Centro-Oeste para os portos exportadores do Pará e do Maranhão. O superintendente da Ahitar em Goiânia, Rogério Barzellay, disse que não poderia se pronunciar sobre o fato porque até ontem não havia recebido qualquer notificação da Justiça sobre a decisão. "Mesmo porque não há o que suspender, já que não existe nenhuma obra desse projeto já implantada ou sendo executada", frisou. Ele disse que uma equipe já estaria em campo para um novo levantamento ambiental para ser apresentado ao Ibama.

Hélio Nunes